Educação Inclusiva e Docência no Ensino Superior: mediação pedagógica, tecnologia assistiva e desenho universal para a aprendizagem

Autor(res)

Isabella Tais Sonsin

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A educação inclusiva, consolidada na legislação brasileira e internacional, desafia o ensino superior a adotar práticas pedagógicas que garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, a docência universitária deve articular a mediação pedagógica, a tecnologia assistiva e os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), promovendo equidade e reconhecimento da diversidade humana. Estudos como o de Bersch (2017) apontam que a tecnologia assistiva amplia as possibilidades de participação de pessoas com deficiência, enquanto Souza, Pletsch e Souza (2020) evidenciam que a mediação docente é central para a aprendizagem de alunos com deficiência intelectual em ambientes digitais acessíveis. Ao problematizar os desafios e possibilidades da docência no ensino superior inclusivo, este trabalho busca contribuir para a reflexão sobre o papel do professor e das práticas pedagógicas na efetivação do direito à educação.

Objetivo

Investigar a relação entre docência no ensino superior e práticas inclusivas, destacando o uso de tecnologia assistiva e o desenho universal para a aprendizagem como recursos que ampliam a participação e o desenvolvimento dos estudantes.

Material e Métodos

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em referenciais teóricos nacionais e internacionais sobre educação inclusiva, docência universitária e tecnologias aplicadas ao ensino. Foram analisados documentos normativos, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), e estudos de referência, incluindo Bersch (2017), que apresenta uma sistematização da tecnologia assistiva, e Souza, Pletsch e Souza (2020), que investigam a aplicação do DUA em livros didáticos digitais acessíveis. O projeto de TCC serviu como base para a delimitação do objeto de estudo, permitindo a articulação entre fundamentos legais, conceituais e práticas pedagógicas. A análise privilegiou uma perspectiva histórico-contextual, visando identificar desafios e caminhos para a docência inclusiva no ensino superior.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam que a docência no ensino superior ainda enfrenta barreiras para a efetivação da educação

inclusiva, seja pela insuficiente formação docente, seja pela ausência de políticas institucionais consistentes de acessibilidade. O estudo de Bersch (2017) evidencia que a tecnologia assistiva deve ser compreendida como recurso do estudante, capaz de promover independência, qualidade de vida e inclusão social. No entanto, seu uso exige acompanhamento pedagógico e conhecimento técnico para não se restringir a soluções superficiais.

De modo complementar, a pesquisa de Souza, Pletsch e Souza (2020) mostra que, mesmo diante de recursos digitais acessíveis, a mediação docente permanece como elemento central. O caso analisado pelos autores, envolvendo um aluno com deficiência intelectual e o uso de livro didático digital acessível, demonstra que a tecnologia, por si só, não garante aprendizagem, sendo necessário o engajamento do professor na adaptação e contextualização das práticas.

No ensino superior, essas discussões assumem contornos ainda mais desafiadores, pois os cursos frequentemente não contemplam em seus currículos a formação docente voltada à inclusão. A docência universitária precisa, portanto, dialogar com os princípios do DUA, planejando estratégias que contemplem múltiplas formas de apresentação, engajamento e expressão dos estudantes. Esse enfoque amplia as oportunidades de participação, não apenas de alunos com deficiência, mas de toda a comunidade acadêmica, fortalecendo uma pedagogia mais equitativa e responsiva às diferenças.

Conclusão

Conclui-se que a docência no ensino superior inclusivo requer formação específica, políticas institucionais de acessibilidade e uso crítico de tecnologias assistivas e do DUA. A centralidade da mediação docente reafirma que a inclusão não se restringe a recursos técnicos, mas exige compromisso pedagógico com o direito à educação.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 22 de set. de 2025.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 22 de set. de 2025.
BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em 22 de set. de 2025.
CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. O que é ensino colaborativo? São Paulo: Edicon, 2019. Acesso em 22 de set. de 2025. Acesso em 22 de set. de 2025.
MENDOZA, B.; GONÇALVES, A. Estruturação de planos de aula com princípios do desenho universal para aprendizagem (DUA): contribuição para a educação inclusiva. Educação: Teoria e Prática, v. 33, n. 66, 2023. DOI: https://doi.org/10.18675/1981-8106.v33.n.66.s16855. Acesso em 22 de set. de 2025.
NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf. Acesso em 22 de set. de 2025.
SANTOS, Antonio Raimundo. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Acesso em 22 de set. de 2025.
ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa, v. 47, e233730, 2021. DOI:

https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730. Acesso em 22 de set. de 2025.
NOZU, W. C. S.; ICASATTI, A. V.; BRUNO, M. M. G. Educação inclusiva enquanto um direito humano. Inclusão Social, v. 11, n. 1, p. 21-34, 2017. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4076.